



PROJETO ELEIÇÕES (PE): PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E A CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira ¹

Election Project (EP): Promoting citizen participation and political awareness among high school students

Resumo:

No primeiro semestre de 2022, desenvolvi com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio do Instituto Federal do Ceará, *campus* Maranguape, o Projeto Eleições (PE). Considerando que parte da turma completaria 16 anos e votaria pela primeira vez, elaborei uma atividade que pudesse inseri-los de forma significativa no principal acontecimento político daquele ano no Brasil. Este artigo tem como objetivo apresentar o desenvolvimento da ação e refletir sobre estratégias que estimulam o interesse dos estudantes pela disciplina de História. Os resultados observados indicam um grande envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, uma maior compreensão do processo eleitoral brasileiro e o impacto do projeto na escolha de seus candidatos para aquelas eleições.

Palavras-Chave: Ensino de História. Eleições. Cidadania. Educação Política.

Abstract:

In the first semester of 2022, I developed the Election Project (EP) with second-year high school students at the Federal Institute of Ceará, Maranguape campus. Considering that some students would turn 16 and vote for the first time, I designed an activity that would meaningfully engage them in the most significant political event in Brazil that year. This article aims to present the development of the initiative and reflect on strategies that foster students' interest in the discipline of History. The observed results indicate strong student engagement in the proposed activities, a greater understanding of the Brazilian electoral process, and the project's impact on their choice of candidates in that election.

Keywords: History Teaching. Elections. Citizenship. Political Education.

1. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal do Ceará - *campus* Maranguape. Professora colaboradora do Mestrado e Doutorado em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará (ProfHistória). Email: amelia.oliveira@ifce.edu.br

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em 2022, diversos pré-candidatos à presidência da República mobilizaram campanhas voltadas para incentivar jovens entre 16 e 17 anos a obterem o título de eleitor e participarem do processo eleitoral. Essa iniciativa foi motivada pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que indicavam que o número de jovens eleitores dessa faixa etária era o menor dos últimos vinte anos. Curiosamente, apesar da redução no registro de novos eleitores, o percentual de jovens que efetivamente votaram nas eleições de 2014 e 2018 manteve-se em torno de 80% (Nogueira; Buss, 2022).

Ao ouvir conversas de alguns estudantes sobre a emissão do título de eleitor, percebi uma oportunidade para desenvolver um projeto que proporcionasse subsídios para a compreensão do funcionamento do sistema eleitoral e incentivasse a percepção da História como um elemento fundamental para a vida cidadã.

O projeto tinha três objetivos principais: Compreender o voto como instrumento de transformação social e exercício da cidadania; entender o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro e refletir sobre problemas reais e propor soluções.

Para mim, era fundamental que os estudantes tivessem protagonismo em todo o processo de desenvolvimento do projeto. Meu papel seria apenas o de organizar e mediar algumas situações, mas todo o trabalho de execução ficaria a cargo deles.

Considerando que muitos desses estudantes votariam pela primeira vez em um contexto de grande ameaça aos ideais democráticos, em razão do fortalecimento de candidaturas da extrema direita em todo o mundo e da ampla propagação de notícias falsas por meio das plataformas digitais, entendi que a compreensão do processo eleitoral era ainda mais essencial para esses jovens.

Alguns dados que serão apresentados ao final do texto comprovam o impacto positivo do projeto entre os estudantes que dele participaram, o que confirma que ações como essas, realizadas em contextos escolares, podem ser eficazes para ampliar o engajamento político dos jovens brasileiros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 1993, a historiadora Elza Nadai publicou um artigo na Revista Brasileira de História intitulado "O ensino de história no Brasil. Trajetória e perspectiva". O texto começa com uma citação do educador Murilo Mendes, que diz o seguinte:

Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o 'ponto' exige ou se valendo lestamente da 'cola' para passar nos exames. Demos ampla absolvição à juventude. A História como lhes é ensinada é, realmente, odiosa... (grifos meus) (Nadai, 1993, p. 143).

A fala de Murilo Mendes foi retirada da obra "A História no Curso Secundário", publicada em 1935. Ao utilizar esse fragmento para iniciar o seu texto, Elza Nadai queria, naquele ano de 1993, chamar a atenção para alguns aspectos relativos ao ensino de história mencionados na citação, que ainda permaneciam mais de meio século depois da fala de Murilo Mendes, como a relação negativa dos jovens com a disciplina, o "decorar" como atividade essencial da aprendizagem e a concepção de conhecimento como algo pronto e acabado.

Buscando nos fazer refletir mais sobre essas questões, Nadai elabora algumas indagações sem a intenção de oferecer respostas definitivas a todas elas:

Em que medida as questões apontadas são válidas para a juventude e a escola secundária contemporâneas? Terão os estudantes superado a ideia "de que a História é realmente odiosa" e os professores partido para a organização de outras práticas pedagógicas mais significativas? Em que medida discurso e práticas se unificam? Para que direção elas apontam? (Nadai, 1993, p. 143).

O que o texto de Elza Nadai nos faz pensar é sobre uma longa trajetória em que a relação entre a disciplina de História e os estudantes parece ser marcada por repulsa, incompreensão ou falta de sentido. Nadai aponta que, na década de 1990, quando ela publicou o artigo, o desinteresse pela História parecia ser o mesmo apontado por Murilo Mendes na década de 1930, algo que parece se perpetuar na atualidade.

Gostaria de desenvolver minha argumentação para refletirmos sobre o nosso momento atual a partir de duas perguntas feitas pela autora. Nossos estudantes superaram essa relação conflituosa com a História? Os

professores têm utilizado práticas pedagógicas mais significativas para os estudantes?

Considero pertinente trazer esses questionamentos para a discussão deste texto porque, como professora do Mestrado e Doutorado em Ensino de História (ProfHistória), é muito comum ouvir dos mestrandos e doutorandos reclamações que tratam justamente dessa relação difícil que parte dos estudantes tem com a disciplina, o que me leva a crer que essa ainda é uma questão presente.

Mas o que nós, professores e professoras, podemos fazer para que essa relação seja menos conflituosa? Como mudar a percepção dos estudantes sobre a disciplina? Como tornar algo que parece muito abstrato e distante da realidade dos alunos mais palpável e significativo?

Entendo que o primeiro passo seja compreender que essa não é uma tarefa fácil. Isso porque parte dos nossos saberes docentes vem daquilo que Maurice Tardif chama de "saberes provenientes da formação escolar anterior", ou seja, saberes adquiridos ao longo da nossa formação escolar e que incorporamos, em maior ou menor medida, às nossas práticas pedagógicas.

Os professores são trabalhadores que ficaram imersos em seu lugar de trabalho durante aproximadamente 16 anos (em torno de 15.000 horas), antes mesmo de começarem a trabalhar. Essa imersão se expressa em toda uma bagagem de conhecimentos anteriores, de crenças, de representações e de certezas sobre a prática docente. Ora, o que se sabe hoje é que esse legado de socialização escolar permanece forte e estável através do tempo. Na América do Norte, percebe-se que a maioria dos dispositivos introduzidos na formação inicial dos professores não consegue mudá-los nem abalá-los. Os alunos passam através da formação inicial para o magistério sem modificar substancialmente suas crenças anteriores a respeito do ensino (Tardif, 2014, p. 68-69).

O que Tardif quer nos dizer é que todo docente, em maior ou menor medida, traz para sua prática pedagógica traços de uma formação que se inicia ainda no período escolar e que, muitas vezes, se expressa em práticas que já deveriam ter sido superadas. Ou seja, nossa experiência enquanto estudantes ajuda a moldar a nossa forma de ser professor ou professora, e, por consequência, acabamos replicando modelos de ensino que já não deveriam mais estar em uso.

Relacionando as reflexões de Tardif ao Ensino de História, é plausível afirmar que um professor ou professora de História que tenha tido sua formação escolar pautada num modelo tradicional de educação pode levar para a sua prática docente esse mesmo modelo de ensino do qual fez parte como estudante?

Minha intenção aqui não é assumir o papel de juíza para condenar professores e professoras pela relação problemática que muitos estudantes têm com a disciplina de História, mas, sim, lançar luz sobre algumas questões fundamentais. Como posso contribuir para que minhas aulas façam sentido para a vida real dos meus alunos e alunas? Que estratégias posso utilizar para que os estudantes compreendam a importância de estudar História?

A historiadora Flávia Caimi faz reflexões pertinentes no artigo "O que precisa saber um professor de História?". Para ela, a escola brasileira, composta por mais de 50 milhões de estudantes e 2 milhões de professores, tem se configurado como um espaço desafiador para o exercício da docência, à medida que as culturas juvenis e a cultura escolar tornam-se cada vez mais distantes. Ainda de acordo com Caimi, "essa suposta crise se caracteriza, dentre outros aspectos, pela carência de sentido das propostas do sistema escolar perante os jovens, pela aparência obsoleta dos conteúdos, pela irrelevância de muitas das atividades que ali são desenvolvidas" (Caimi, 2015, p.106).

A autora levanta uma série de perguntas nas primeiras páginas do artigo, não com o objetivo de respondê-las individualmente, mas de tentar construir respostas em âmbito coletivo, elaboradas a partir de consensos sobre como a disciplina de História deve ser ensinada na escola. Destaco abaixo algumas de suas indagações sobre o tema que estamos discutindo:

para que serve ensinar/aprender História hoje na escola básica, considerando-se os contextos de existência dos nossos alunos e as especificidades da cultura escolar? Como torná-la disciplina envolvente, significativa e próxima dos interesses dos jovens? Que conteúdos e procedimentos são os mais potentes para provocar a mobilização intelectual dos jovens para a aprendizagem histórica? (Caimi, 2015, p. 106-107)

Na tentativa de responder à pergunta que dá título ao seu artigo, Flávia Caimi argumenta que o professor de História precisa buscar um equilíbrio entre três tipos de saberes: 1) os saberes a ensinar: história, historiografia, epistemologia e outros; 2) os saberes para ensinar:

docência, currículo, didática, cultura escolar e outros; 3) os saberes do aprender: aluno, cognição, pensamento histórico e outros.

Assim, para ensinar História não basta ser um grande conhecedor dos conteúdos históricos ou da teoria da História; é necessário reunir um conjunto de saberes que viabilizem o ensino, ou seja, conhecimentos pedagógicos que permitam ao professor mobilizar estratégias didáticas eficazes.

[...] estratégias e recursos que transformem os conhecimentos científicos em "saberes escolares ensináveis", em conhecimentos válidos socialmente, pertinentes às características e finalidades da escola nas sociedades contemporâneas e que produzam sentido àqueles/naqueles que são os aprendentes (Caimi, 2015, p. 115).

Se nós, professores e professoras de História, desejamos ressignificar a forma como nossos alunos e alunas se relacionam com a disciplina, precisamos refletir sobre nossas práticas de ensino e sobre como elas impactam a aprendizagem histórica.

3 A ORGANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ELEIÇÕES

O presente artigo adotou uma abordagem qualitativa de cunho descritivo e exploratório, configurando-se como uma pesquisa-ação, na medida em que o meu objetivo era, através da atividade, intervir na realidade dos estudantes e refletir sobre o resultado dessa intervenção. O projeto foi desenvolvido com 44 estudantes do 2º ano do Ensino Médio do Instituto Federal do Ceará, *campus* Maranguape, durante o primeiro semestre de 2022.

Para a coleta e análise de dados, fiz uso da observação participante ao longo de todas as etapas do trabalho; análise documental dos planos de governo e regulamentos eleitorais produzidos pelos próprios discentes; e a aplicação de um questionário estruturado via *Google Forms* composto por oito perguntas objetivas.

O primeiro passo para a organização do projeto foi refazer o planejamento da disciplina, uma vez que eu precisaria utilizar parte das minhas aulas para sua execução. Para isso, busquei formas de condensar alguns conteúdos programáticos, abrindo espaço para atividades práticas e teóricas que se intercalariam ao longo do semestre.

As atividades teóricas relacionadas ao projeto estavam voltadas para discussões em sala sobre temas ligados ao processo eleitoral, sem excluir os conteúdos regulares da disciplina. Tomando como referência o livro de José Murilo de Carvalho, *A Cidadania no Brasil*, discutimos o conceito de cidadania, a história do voto no país desde o período imperial, a Constituição de 1891 e a não universalização do direito ao voto, além da luta das mulheres pela conquista desse direito.

Outro tema abordado foi a estrutura política do Estado brasileiro, com destaque para o sistema e a forma de governo. Exploramos conceitos como república e presidencialismo, além da divisão dos poderes, o que permitiu estabelecer relações com o pensamento iluminista. Também discutimos as funções dos três poderes que compõem o Estado brasileiro. Para minha surpresa, a maioria dos estudantes desconhecia esses temas.

Além disso, falamos sobre o sistema eleitoral, as urnas eletrônicas e o papel do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de suas representações estaduais como órgãos responsáveis pela organização das eleições. Também abordamos as ameaças à democracia vivenciadas nos últimos anos no Brasil. Compreendia que esses temas eram essenciais para que os estudantes entendessem a importância da experiência que vivenciaríamos em poucos meses.

Concluída essa etapa teórica sobre o processo eleitoral, a segunda parte do projeto consistiu na simulação de uma eleição dentro do nosso *campus*. De forma consensual, decidimos que, para garantir a eficácia dessa etapa, a turma seria dividida em equipes, cada uma com uma função específica. Enquanto três equipes seriam responsáveis por lançar candidaturas, a quarta atuaria como comissão eleitoral, encarregada de organizar todo o processo.

Coube à comissão eleitoral elaborar um regulamento com as regras a serem seguidas pelos candidatos, fiscalizar suas ações, promover um debate entre eles e organizar o dia da votação. Já as equipes responsáveis pelas candidaturas ficaram encarregadas de escolher seus representantes, elaborar planos de governo, realizar campanhas e participar do debate.

É importante destacar o entusiasmo da turma com o projeto. Os estudantes se empenharam ao máximo para desempenhar suas funções da melhor maneira

possível. Em um dos encontros, cada equipe listou dez problemas que consideravam os mais urgentes no Brasil. A partir dessa lista, foram escolhidos cinco

temas que deveriam obrigatoriamente constar nos planos de governo.

Fotografia 1 – Estudantes reunidos para debater os temas que fariam parte do plano de governo



Fonte: Acervo da autora

Definidos os temas, as equipes iniciaram a elaboração dos planos de governo, e a criatividade dos estudantes se destacou. Eles criaram partidos políticos fictícios, definiram os números das candidaturas – evitando o uso de números já associados a partidos reais –, levantaram dados estatísticos para fundamentar suas propostas e buscaram apresentar projetos minimamente viáveis.

O trabalho da equipe responsável por organizar a eleição foi excepcional. Além de definir as regras do processo eleitoral, os estudantes descobriram, por meio de pesquisas na internet, que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) disponibilizava urnas eletrônicas para a realização de simulações de eleições. Com essa informação, entrei em contato com o TRE de Fortaleza e, após uma visita ao órgão, consegui o empréstimo de três urnas para a nossa eleição no *campus*.

Quatro estudantes da comissão eleitoral foram convidados a participar de um treinamento no Fórum da cidade de Maranguape. Durante a formação, receberam instruções sobre o funcionamento das urnas, o cadastro de candidatos, o processo de votação e a emissão do boletim com o resultado da eleição. Esses mesmos estudantes atuaram como mesários no dia da votação.

Fotografia 2 – Treinamento dos estudantes no Fórum Eleitoral de Maranguape

Fonte: Acervo da autora

A iniciativa dos estudantes de introduzir o uso das urnas eletrônicas foi uma contribuição valiosa para o projeto, pois trouxe para o debate um dos temas mais discutidos nas eleições daquele ano: a segurança do sistema eletrônico de votação. Além disso, proporcionou aos estudantes que votariam pela primeira vez a oportunidade de conhecer o funcionamento da urna antes da eleição oficial.

4 AVALIANDO OS IMPACTOS DO PROJETO ELEIÇÕES

Após a conclusão do projeto, considerei essencial analisar sua repercussão entre os estudantes participantes, buscando identificar os aprendizados alcançados e o impacto da experiência em suas vidas. Nesse momento, apliquei o questionário elaborado previamente. Dos 44 estudantes envolvidos, 21 responderam. A seguir, apresento alguns dos resultados obtidos.

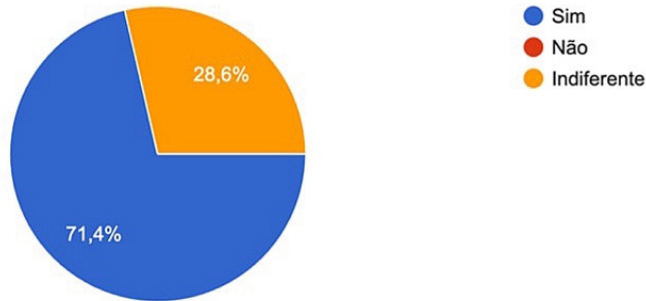
Duas das perguntas foram: “O Projeto Eleições ajudou você a compreender melhor o funcionamento das eleições no Brasil?” e “O Projeto Eleições ajudou você a entender a importância do voto?”. Em ambas, 100% dos respondentes responderam afirmativamente. Esses resultados indicam que o projeto foi eficaz tanto na explicação dos aspectos técnicos e procedimentais do processo eleitoral – como o sistema de votação, a estrutura do poder político e a organização das eleições – quanto no estímulo à consciência cidadã dos estudantes, que passaram a reconhecer o voto como um instrumento essencial para a democracia.

A compreensão do funcionamento das eleições envolveu o conhecimento de todas as etapas do processo, desde a necessidade do título eleitoral para votar até a existência de órgãos responsáveis pela organização do pleito. A maioria dos estudantes nunca tinha ouvido falar no Tribunal Superior Eleitoral nem sabia que o voto é obrigatório no Brasil.

Gráfico 1 – Confiança no sistema eleitoral

Participar do Projeto Eleições aumentou a sua confiança no sistema eleitoral brasileiro?

21 respostas

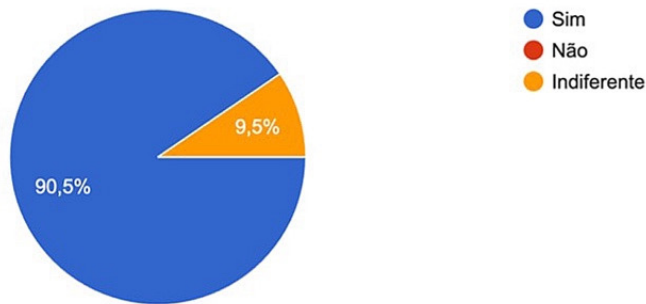


Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados via formulário aplicado pela autora

Gráfico 2 – Confiança na urna eletrônica

Participar do Projeto Eleições aumentou a sua confiança na urna eletrônica?

21 respostas



Fonte: Gráfico elaborado a partir dos dados coletados via formulário aplicado pela autora

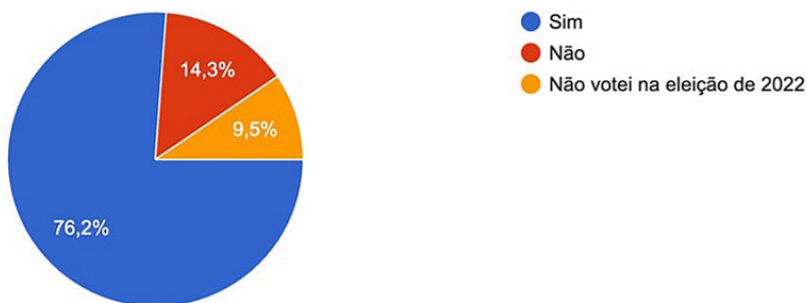
Os Gráficos 1 e 2 indicam que o projeto contribuiu para o aumento da confiança dos estudantes tanto no sistema eleitoral brasileiro quanto no uso das urnas eletrônicas. Esse resultado é particularmente relevante, considerando que, ao longo de 2022, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, atacou reiteradamente as instituições eleitorais e incitou a opinião pública contra o sistema eleitoral brasileiro, amplamente reconhecido como um dos mais seguros do mundo. A disseminação de notícias falsas sobre supostas fraudes

nas urnas eletrônicas intensificou o clima de tensão em torno das eleições presidenciais daquele ano.

No entanto, em relação ao sistema eleitoral brasileiro, um percentual considerável dos estudantes (28,6%) declarou-se indiferente ao tema. Esse dado pode sugerir que alguns ainda possuem dúvidas sobre o funcionamento do sistema ou que a experiência do projeto não foi suficiente para modificar completamente percepções prévias.

Gráfico 3 – Escolha dos candidatos a serem votados na eleição de 2022**Participar do Projeto Eleições ajudou você a pensar melhor em quem votar nas eleições de 2022?**

21 respostas



Fonte: Formulário aplicado pela autora

No meu entendimento, o Gráfico 3 confirma que o projeto teve impacto na vida prática dos estudantes, ao menos para a maioria que respondeu ao questionário. O fato de 76,2% dos participantes afirmarem que o projeto influenciou positivamente sua tomada de decisão na escolha de um candidato reforça o potencial das atividades educativas para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia política. Ainda assim, a presença de um grupo que não percebeu impacto pode indicar a influência de outros fatores, como redes sociais, ambiente familiar ou desinteresse pelo tema eleitoral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Eleições demonstrou que é possível ressignificar a relação dos estudantes com a História por meio de atividades que conectem o conhecimento histórico à vida prática. A experiência evidenciou a importância da educação para a formação cidadã e para o fortalecimento dos ideais democráticos.

Apesar do bom resultado observado, a realização do projeto demandou um esforço de trabalho extra, na medida em que tive de reformular todo o planejamento da disciplina, bem como utilizar tempo adicional para viabilizar algumas ações demandadas pelos estudantes, como a ida à sede do Tribunal Regional Eleitoral de Fortaleza e ao Fórum Eleitoral de Maranguape. Considerando a sobrecarga de trabalho que a maior parte dos(as) docentes da educação básica possui, é compreensível que muitos não queiram ou não consigam desenvolver projetos como esse.

No entanto, o fato de que parte da carga horária de trabalho dos professores do Instituto Federal pode ser destinada ao desenvolvimento de projetos – seja de ensino, pesquisa ou extensão – amplia a possibilidade de criação de novas iniciativas que explorem temáticas similares. Dessa forma, amplia-se a discussão sobre participação política e cidadania, contribuindo para uma formação crítica e reflexiva dos estudantes.

REFERÊNCIAS

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? **História & Ensino**. Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23853>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Lucia Rabello de; CORRÊA, Jane. Juventude e participação política no Brasil. **Psicologia Política**, v. 5, n. 10, 2005.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=17.

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NOGUEIRA, Carolina; BUSS, Gabriel. **Número de jovens eleitores em 2022 é o menor em 20 anos**. 09. Abr. 2022. <https://www.poder360.com.br/brasil/numero-de-jovens-eleitores-em-2022-e-o-menor-em-20-anos/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014.

SILVA, Marcos A. da. Educação política: desafios da escola contemporânea. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.